

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO – TJMA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2024



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO – HISTORIADOR

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – HISTORIADOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Muito se tem falado e escrito sobre inclusão, que tem como princípio a inserção de pessoas com deficiência no âmbito social. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Art. 205, “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Quando se afirma que “a educação é direito de todos”, faz-se necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo, independente dos fatores físicos e psíquicos. Nessa perspectiva é que se fala em inclusão, em que todos tenham os mesmos direitos e deveres, construindo um universo que favoreça o crescimento, valorizando as diferenças e o potencial de todos.

Antigamente, pessoas que nasciam com alguma deficiência eram separadas, afastadas de qualquer convívio social, pois sua diferença era vista como maldição, destino, marca do demônio e de todo tipo de crendice. *Mittler (2000 apud Santana, 2003)*. Daí surgiu a segregação até chegar ao preconceito que se inicia com a jornada da História da Educação das pessoas com deficiência.

No período anterior ao século XX, que pode ser chamado de “fase da exclusão”, a maioria das pessoas com deficiência era considerada indigna de educação escolar. Foi com as grandes descobertas na área da Medicina, Biologia e Saúde que se começou a estudar os deficientes com a finalidade de dar respostas para os seus problemas; assim as pessoas com deficiência passaram a ser recebidas em instituições filantrópicas de cunho religioso ou asilos, que foram a última morada para muitos.

A fase chamada de segregação, já no século XX, começou com a inserção de pessoas deficientes em grandes instituições que propiciavam a alfabetização. A partir da década de 1950 e mais intensamente nos anos 60, eclodiu o movimento de pais a quem tinha sido negado o ingresso de seus filhos em escolas comuns; após a Segunda Guerra Mundial, “consistia na crença de que o problema da deficiência era algo restrito à pessoa que a possuía e que, por isso, a solução seria prover a essa pessoa o máximo de habilidades a fim de que ela se tornasse apta a ingressar ou reingressar na sociedade” (*Sasaki, 1997*). Surgiram então as escolas especiais e, mais tarde, as classes especiais dentro de escolas regulares.

A década de 1970 constituiu a fase da integração, em que houve mudança filosófica em direção à ideia de educação integrada, ou seja, só era possível essa junção quando o aluno com deficiência se adaptava ao regime da escola, sem modificações ou adaptações do sistema; a partir desse modelo é que famílias e orientadores prepararam essas pessoas para participar de uma comunidade sem modificações substanciais para integrar as pessoas com deficiência. Daí então a educação integrada ou integradora excluía aqueles que não tinham condições de acompanhar os demais alunos. As leis sempre tinham o cuidado de deixar aberta a possibilidade de manter as crianças e adolescentes com alguma deficiência em escolas regulares.

No final dos anos 1980 surgiu a ideia de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos, desde que a inclusão propiciasse uma educação de qualidade e igualitária para todos, aceitando as diferenças individuais como atributo e não como obstáculo e valorizando a diversidade para o enriquecimento das pessoas tendo isso declarado em documentos-chave como a Declaração de Salamanca, a Carta para o Terceiro Milênio, a Convenção de Guatemala, a Declaração das Pessoas Deficientes, a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão e outros que garantem a acessibilidade a pessoas com deficiência. No Brasil, diversos documentos legislativos e administrativos tratam desse assunto, a começar pela Constituição Federal de 1988 e a LDB/96.

(*CIRÍACO, Flávia Lima. Inclusão: um direito de todos. Revista Educação Pública, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos./Fragmento>.)*

Questão 01

Com base nas informações e ideias apresentadas no texto, pode-se afirmar que

- A) privilégios destinados a pequenos grupos são retratados e caracterizados como eventos excludentes.
- B) diante de demandas sociais, percebe-se concretização de práticas que permitem mudanças estruturais.
- C) subterfúgios são utilizados para justificar o processo histórico de exclusão na sociedade contemporânea.
- D) em função de necessidades diferentes de indivíduo para indivíduo, possibilitaram-se mudanças satisfatórias em todos os aspectos da sociedade.

Questão 02

Considerando a relação estabelecida entre as orações do período: “Muito se tem falado e escrito sobre inclusão, que tem como princípio a inserção de pessoas com deficiência no âmbito social.” (1º§), pode-se identificar estrutura equivalente em:

- A) Ele disse que estaria aqui, possivelmente, antes das quinze horas.
- B) A entrevista, que possibilitou o ingresso na empresa, foi extremamente difícil.
- C) Em situações de crises que ultrapassam as previsões deve-se buscar o equilíbrio.
- D) As pessoas que são sedentárias desenvolvem problemas de saúde com maior probabilidade.

Questão 03

A partir das informações apresentadas relacionadas à inclusão na sociedade pode-se inferir que

- A) a inclusão, tratada no texto, relaciona-se diretamente aos aspectos legais que envolvem direitos e deveres de cada indivíduo.
- B) ao afirmar que “muito se tem falado e escrito sobre inclusão”, há uma valorização do discurso em detrimento das ações acerca do tema abordado.
- C) segregação e preconceito são conceitos que designam eventos equivalentes abolidos diante da redefinição de ações na sociedade contemporânea.
- D) a visão anterior que a sociedade demonstrava acerca das pessoas com deficiência contribui para que ações sejam consideradas necessárias atualmente, resgatando ideais esquecidos.

Questão 04

“De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Art. 205, ‘a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.’” (1º§) Considerando o trecho destacado, analise as afirmativas a seguir.

- I. A expressão “De acordo com” pode ser reconhecida como conector promovendo o encadeamento das ideias.
- II. O período é introduzido por meio de expressão que indica conformidade, podendo ser substituída por “Assim”, mantendo o significado do trecho original.
- III. A gramática normativa permite a substituição das aspas pelo travessão no caso do trecho destacado mantendo-se a finalidade original do uso da pontuação empregada.
- IV. O uso de aspas no primeiro parágrafo indica o emprego de uma citação que tem como propósito comunicativo contribuir para a sustentação das informações e ideias apresentadas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 05

“No período anterior ao século XX, que pode ser chamado de ‘fase da exclusão’, a maioria das pessoas com deficiência era considerada indigna de educação escolar. Foi com as grandes descobertas na área da Medicina, Biologia e Saúde que se começou a estudar os deficientes com a finalidade de dar respostas para os seus problemas; assim as pessoas com deficiência passaram a ser recebidas em instituições filantrópicas de cunho religioso ou asilos, que foram a última morada para muitos.” (4º§) A respeito do trecho destacado, assinale a afirmativa INADEQUADA.

- A) Há uma referência temporal referente a práticas contrárias ao tema “inclusão”.
- B) A concretização de direitos de forma igualitária é uma prática necessária e contemplada em diferentes momentos da história.
- C) É possível identificar a atuação da ciência como protagonista para o progresso das questões relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência.
- D) Ainda que não houvesse proteção de direito fundamental no passado às pessoas com deficiência, pode-se constatar que tal situação não permaneceu estanque.

Questão 06

A partir do reconhecimento sintático das relações existentes entre as orações e os termos da oração, assinale a alternativa em que o segmento destacado demonstra oração que tem a função própria dos substantivos na frase.

- A) “Daí surgiu a segregação até chegar ao preconceito [...]” (3º§)
- B) “Quando se afirma que ‘a educação é direito de todos, [...]” (2º§)
- C) “[...] que se inicia com a jornada da História da Educação das pessoas com deficiência.” (3º§)
- D) “Nessa perspectiva é que se fala em inclusão, em que todos tenham os mesmos direitos e deveres, [...]” (2º§)

Questão 07

Dentre os termos destacados a seguir, assinale aquele cujo emprego NÃO remete a um elemento de referência permitindo que o referente anterior seja retomado.

- A) “Daí surgiu a segregação até chegar ao preconceito que se inicia [...]” (3º§)
- B) “No período anterior ao século XX, que pode ser chamado de ‘fase da exclusão’, [...]” (4º§)
- C) “Antigamente, pessoas que nasciam com alguma deficiência eram separadas, afastadas de qualquer convívio [...]” (3º§)
- D) “Foi com as grandes descobertas na área da Medicina, Biologia e Saúde que se começou a estudar os deficientes [...]” (4º§)

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 08

“A fase chamada de segregação, já no século XX, começou com a inserção de pessoas deficientes em grandes instituições que propiciavam a alfabetização. A partir da década de 1950 e mais intensamente nos anos 60, eclodiu o movimento de pais a quem tinha sido negado o ingresso de seus filhos em escolas comuns; após a Segunda Guerra Mundial, ‘consistia na crença de que o problema da deficiência era algo restrito à pessoa que a possuía e que, por isso, a solução seria prover a essa pessoa o máximo de habilidades a fim de que ela se tornasse apta a ingressar ou reingressar na sociedade’ (Sasaki, 1997). Surgiram então as escolas especiais e, mais tarde, as classes especiais dentro de escolas regulares.” (5º§) Assinale a afirmativa adequada quanto à compreensão de ideias e/ou informações do parágrafo destacado.

- A) O núcleo familiar estabelece e define, em caráter de urgência, a acolhida de pessoas com deficiência nas instituições de ensino.
- B) A restrição referente à deficiência citada no trecho demonstra um menor número de pessoas com deficiência no século XX em relação aos números atuais.
- C) Há uma relação de oposição estabelecida no primeiro período do trecho em destaque, refletindo questões de enfrentamento existentes em relação ao tema inclusão.
- D) As políticas de inclusão do século XX demonstraram grande avanço no sentido de promover o desenvolvimento de modo sistemático e pleno às pessoas com deficiência.

Questão 09

Assinale a alternativa que apresenta a frase em que o termo sublinhado tem o significado corretamente indicado considerando o contexto em que está inserido.

- A) “[...] eclodiu o movimento de pais [...]” (5º§) – implodiu
- B) “[...] que propiciavam a alfabetização.” (5º§) – aplacavam
- C) “[...] uma comunidade sem modificações substanciais [...]” (6º§) – aparentes
- D) “[...] a inserção de pessoas com deficiência no âmbito social.” (1º§) – contexto

Questão 10

Em “No final dos anos 1980 surgiu a ideia de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos, desde que a inclusão propiciasse uma educação de qualidade e igualitária para todos, [...]” (7º§), pode-se afirmar em relação à ocorrência de crase que

- A) pode ser avaliada como facultativa.
- B) trata-se de uma exigência da expressão “sistema escolar”.
- C) introduz um complemento verbal indiretamente ligado ao verbo.
- D) caso a expressão “necessidades dos alunos” fosse substituída por “alunos”, “às” seria substituído por “à”.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Texto I

A conduta ética do servidor público não é apenas uma questão de comportar-se de acordo com o que é permitido. O essencial da conduta é a orientação interna que ele (servidor) dá a suas ações: a motivação, o esmero, o gosto com que realiza seu ofício para cumprir seus deveres ou para fazer mais do que a função lhe prescreve. Há certos aspectos do serviço público que não se medem pelo simples cumprimento exterior das normas, mas pela qualidade com que as regras são observadas. Quantas vezes nossas leis são cumpridas “na letra”, mas não no seu “espírito”? A conduta, portanto, leva em conta a escolha consciente do agente.

(Ética e Serviço Público. Módulo 3 - A Conduta no Serviço Público. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Adaptado.)

Texto II

A Justiça Estadual é responsável por julgar matérias que não sejam da competência dos demais segmentos do Judiciário – Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar, o que significa que sua competência é residual, apesar de englobar o maior volume de processos judiciais. Cada uma das unidades da Federação tem a atribuição de organizar a sua justiça. Do ponto de vista administrativo, a Justiça Estadual é estruturada em duas instâncias ou graus de jurisdição: Primeiro grau: composto pelos juízes de Direito estaduais. Segundo grau: representado pelos Tribunais de Justiça. Nestes, os magistrados são desembargadores, que têm entre as principais atribuições o julgamento de demandas de competência originária e de recursos interpostos contra decisões proferidas no primeiro grau.

(Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/>. Acesso em: maio de 2024. Adaptado.)

Questão 11

Após a leitura dos textos I e II, ciente da importância de se cultivar e de se preservar preceitos éticos, é correto afirmar que a Comissão de Ética do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão tem as seguintes atribuições, EXCETO:

- A) Assegurar e promover o solidarismo e a justiça na relação entre magistrados e jurisdicionados.
- B) Orientar e aconselhar sobre a ética profissional do magistrado, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.
- C) Instruir e fundamentar pedidos de promoções, remoções e permutas dos magistrados e, também, sem prejuízo da competência da Corregedoria-Geral da Justiça, manifestar-se, em plenário, sobre a proposta de orçamento do Poder Judiciário.
- D) Instaurar, de ofício, processo sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infringência a princípio ou norma ético-profissional, podendo, ainda, conhecer de consultas, denúncias ou representações formuladas contra magistrado ou juízo, sem prejuízo da competência da Corregedoria-Geral da Justiça.

Questão 12

É vasta em amplitude e profundidade a literatura sobre estratégia, com farta produção teórica e tecnológica. Ainda assim, há múltiplos significados atribuídos ao conceito de gestão estratégica, em especial no setor público. Gestão, em uma perspectiva bastante singela e processual, de inspiração predominantemente neoclássica, pode ser definida a partir do fluxo cíclico, virtuoso e recursivo das funções gerenciais de planejamento, organização, direção e controle; ou de forma ainda mais simples, como planejar, executar e avaliar (ou controlar). A estratégia é conteúdo que se materializa no planejamento estratégico. Tem-se, então, que o planejamento estratégico está mais intensamente associado a um dos elementos do processo de gestão – o planejamento. Portanto, produzir planejamentos estratégicos não é sinônimo de gestão estratégica. É requisito para a formulação da estratégia e, por conseguinte, de um planejamento estratégico, o que se denomina pensamento estratégico. Não há gestão estratégica, tampouco planejamento estratégico, sem que se instale e cultive entre os membros da organização um pensamento estratégico.

(BERGUE, Sandro Trescastro. *Gestão estratégica de pessoas no Setor Público – Belo Horizonte: Fórum, 2020.*)

Considerando o disposto no texto, pensar estrategicamente no contexto da Administração Pública implica conhecer algumas dimensões essenciais, dentre as quais se destacam as seguintes, EXCETO:

- A) Assumir que a ação administrativa deve assentar-se na firme ciência dos propósitos pessoais e ser orientada pela sistemática reinterpretção das atribuições que lhes foram legalmente estabelecidas.
- B) Noção de pensamento de topo, o que implica em um modelo de pensamento gerencial que, por ocasião da formulação dos objetivos institucionais, alcance o efetivo envolvimento da alta administração, para além da perspectiva individual ou setorial conformadora dos espaços de poder na organização.
- C) Identificar e potencializar o que é essencial para a produção de valor público a ser emanado da organização, o que implica que seus membros compartilham uma aceitação acerca do que são os elementos ou processos essenciais para a geração daquilo que efetivamente caracteriza e legitima a organização como tal perante a sociedade.
- D) Considerar o arranjo de pessoas e suas relações a partir de uma visão integral que assuma a organização como um sistema complexo e caótico, inserida em um contexto moldado por um conjunto de relações que transcendem os limites institucionais, estendendo-se para a interação com outros órgãos ou entidades que configuram a Administração Pública.

Questão 13

Os conflitos estão presentes em todos os ambientes organizacionais, pois sempre que houver convivência entre um grupo de pessoas, inevitavelmente haverá divergências de ideias, de objetivos, de valores e de outros fatores. O comportamento humano é a parte mais complexa e integral de todo tipo de conflito; a estrutura da organização, a qual se refere às normas, às políticas e aos procedimentos, assim como os fluxos internos de informações da própria instituição, também podem gerar conflitos. Por sua vez, muitos conflitos do mundo externo – a exemplo das especificidades das entidades públicas e de suas relações com os governos – são internalizados, mas isso é inevitável e faz parte do viver em coletividade. Sobre conflitos e possibilidades de geri-los, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () No processo de gestão, é necessário que existam ferramentas técnicas que possibilitem a mediação dos conflitos nos ambientes institucionais, pois não se trata, apenas, de trabalhar os relacionamentos interpessoais, mas, inclusive, de instituir ações significativas em que os agentes envolvidos nos conflitos entendam que são importantes para a instituição e, também, entendam a importância da instituição no sistema no qual se encontra inserida.
- () No serviço público, a segregação de funções e de atribuições são legalmente estabelecidas e, por isso, interesses institucionais atrapalham a harmonia das instituições e acirram os conflitos internos e externos.
- () Na Administração Pública, a Ouvidoria pode ser entendida como uma instituição que auxilia os cidadãos em suas relações com o Estado. Um de seus objetivos é encaminhar as demandas que lhe são passadas, sempre visando o melhor para o cidadão, cabendo a ela solucionar as pendências sempre no menor tempo e da maneira mais objetiva.

A sequência está correta em

- A) V, F, V.
- B) V, F, F.
- C) F, V, V.
- D) F, F, F.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 14

Sobre a organização do Estado e de sua gestão e os agentes públicos, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A Administração Pública, para além do emprego convencional do termo para designar fundamentalmente o aparelho estatal e suas relações, diz também com a função gerencial, mais orientada para a noção de administrar a coisa pública (processo), ao passo que a organização, a despeito da inarredável interdependência, mais se aproxima do senso de instrumento (estrutura).
- () Delinear os traços predominantemente mecanicistas da Administração Pública e suas implicações para a gestão das políticas públicas contribui para a compreensão dos fenômenos organizacionais transversais à gestão de pessoas no setor público.
- () A organização pública é a expressão predominantemente instrumental da Administração Pública, explicitando o modo de compreender e organizar pessoas e suas relações formais e informais, observada uma multiplicidade de objetivos em movimentos de acomodação, cultura, tecnologias, processos e recursos das demais ordens.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) F, F, V.

Questão 15

Sobre os aspectos fundamentais na formação do Estado brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) A instituição do Governo Geral para todo o Brasil, em meados dos anos de 1500, teve como resultado a efetiva presença do Governador Geral e de seus auxiliares imediatos em todos os lugares do território brasileiro que exigissem a tomada de decisões importantes.
- B) A grande extensão do território nacional e as dificuldades de comunicações não impediram a efetiva implantação de um Governo Geral no Brasil, o que resultou no estabelecimento de duas sedes administrativas, uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro por volta 1820.
- C) Dentre as inúmeras tentativas de se unificar a administração brasileira, uma importante modificação foi introduzida em 1621, quando se estabeleceu um Governo Geral para todo o Brasil, exceto para o estado do Maranhão, que manteve relativa autonomia até a instituição do vice-reinado no Brasil.
- D) A rigor, desde o descobrimento, em 1500, Portugal já conhecia a possibilidade de extrair riquezas do solo e do subsolo brasileiros. Por isso, até meados do século XVII, a estrutura jurídico-administrativa do Brasil não sofreu modificações, o que revela a ausência de dificuldades encontradas por Portugal para tratar o Brasil como uma unidade.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Questão 16

200 anos da Batalha do Jenipapo

O ano passado, 2023, comemorou-se o bicentenário da Batalha de Jenipapo. Em 13 de março de 1823 aconteceu um dos episódios mais marcantes da história da independência do Brasil. As lutas, ocorridas no Piauí, opuseram brasileiros piauienses, cearenses e maranhenses contra tropas leais a Portugal lideradas pelo Major Fidié. Pelo menos 200 brasileiros morreram durante os confrontos na cidade de Campo Maior.

(Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/13/200-anos-da-batalha-do-jenipapo>. Acesso em: maio de 2024.)

No local hoje situado às margens da BR 343, a rodovia que liga a capital Teresina à cidade de Parnaíba, no litoral piauiense, brasileiros e portugueses se bateram entre nove horas da manhã e duas horas da tarde do 13 de março de 1823. O resultado foi uma carnificina, cerca de duzentos brasileiros mortos e mais de quinhentos feitos prisioneiros. Dentre as características dessa batalha contundente, podemos apontar o fato de que:

- A) Apesar da junção entre os estados, apenas o Maranhão estava a favor de fato da independência, sendo que os demais estados do Nordeste tinham outros interesses.
- B) Mais tarde, o próprio Imperador não reconheceu o feito heroico dos brasileiros e os manteve em cativeiro por muito tempo, trazendo mais revolta ainda aos sobreviventes.
- C) Muitos participantes não tinham experiência militar, eram vaqueiros, roceiros, escravizados, libertos e indígenas, armados somente com machados, foices, facões e enxadas.
- D) Do lado português, a tropa não diferia muito dos inimigos, sendo composta por soldados sem treinamento adequado e, na maioria das vezes, sem alimento ou armas próprias.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 17

Criadas durante a administração pombalina, as companhias monopolistas de comércio foram parte integrante dos planos de reestruturação econômica de Portugal. Essas organizações acabariam por controlar a entrada e a saída dos produtos das colônias portuguesas, antes realizadas, em sua maioria, por comerciantes estrangeiros. Com a morte de D. João V, assumiu o trono seu filho, D. José I. O fatal acontecimento do terremoto de Lisboa, em 1755, foi decisivo para que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, assumisse o cargo de Ministro de Negócios do Reino; muita coisa mudaria a partir de então.

(MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 6-7.)

Por Alvará Régio, de 7 de junho de 1755, foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Dentre as funções e ações desenvolvidas pela Companhia, é possível apontar:

- A) A venda em Lisboa, em consignação, de produtos repassados pelos lavradores do Grão-Pará e Maranhão.
- B) O controle dos direitos alfandegários, do peso e do subsídio de qualquer mercadoria que circulasse na província maranhense.
- C) O cuidado dos chamados “negócios miúdos”, ou seja, administração dos negócios paralelos relativos aos mais variados setores da região.
- D) A vigilância em toda região contra a corrupção, o monopólio e as arbitrariedades que eram usualmente cometidas pelos moradores locais.

Questão 18

Graças ao prestígio pessoal de Victorino nas altas esferas administrativas e junto aos figurões do país (prestígio que se conservou em alta e efetivo, passando de presidente a presidente, até sua morte e além dela) como uma época de grandes vantagens para o Estado, com o carreamento de vultosas verbas, que, se bem aplicadas, teriam dado ao Maranhão um grande progresso. Desviadas, porém, pelos amigos e correligionários, aos quais se garantiam todas as imunidades e forneciam meio para aniquilamento dos contrários.

(BOTELHO, Joan. *Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão*. 1ª ed. São Luís: Fort Gráfica, 2007.)

São públicas e notórias as estratégias e articulações chefiadas por Vitorino Freire que levaram, posteriormente, à montagem do “Vitorinismo”, enquanto sistema político, através de suas práticas coronelísticas (autoritárias e violentas). A greve de 1951 representou para o Vitorinismo:

- A) Um desgaste da oligarquia Vitorinista, mas não a sua extinção ainda.
- B) Uma experiência nacional-estatista percebida como uma grande vitória do coronelismo, que perdura no Maranhão até hoje.
- C) O momento específico em que a figura hegemônica e de maior representação do mandonismo oligárquico local perdeu por completo seu poder.
- D) Um evento que mudaria a política como um todo no Brasil, pois trouxe uma importante contribuição no que se refere à derrocada do trabalho.

Questão 19

O Maranhão, estado localizado na região Nordeste do Brasil, apresenta uma variedade de formas de relevo. Três importantes unidades de relevo do Maranhão são o Planalto Maranhense, a Planície Litorânea e a Baixada Maranhense. Em relação às unidades de relevo do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

- A) A Baixada Maranhense, encontrada no centro-sul do estado, apresenta altitudes moderadas e ondulações suaves.
- B) A Planície Litorânea, localizada no centro-sul do estado, é uma área de planícies inundáveis, com muitos rios e lagoas.
- C) O Planalto Maranhense, localizado no norte do estado, é caracterizado por planícies inundáveis, com muitos rios e lagoas.
- D) A Planície Litorânea, situada ao longo da costa, é uma área de terrenos baixos e relativamente planos, influenciada pela proximidade com o mar.

Questão 20

O estado do Maranhão possui uma rede hidrográfica diversificada e significativa que dinamiza a sua economia. Entre os principais rios do estado, destacam-se o rio Itapecuru, o rio Mearim e o rio Parnaíba. Sobre os rios maranhenses, é correto afirmar que:

- A) Itapecuru, que faz divisa com o estado do Piauí, é conhecido por suas cheias sazonais.
- B) Parnaíba, que faz divisa com o Piauí, é um importante recurso para a navegação e a pesca.
- C) Mearim, que corta o estado de sul a norte, é vital para o abastecimento de várias cidades, incluindo São Luís.
- D) Itapecuru, que nasce em Camurupim, no Piauí, é conhecido por fertilizar as áreas agrícolas adjacentes durante suas cheias sazonais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 21

As custas processuais dos serviços forenses devidas ao Estado pelo processamento dos feitos são fixadas segundo o processo e o recurso, sendo contadas e cobradas conforme a Lei do Estado do Maranhão, Lei nº 12.193/2023, que dispõe sobre as custas judiciais incidentes sobre os serviços públicos de natureza forense e normativos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Analise as afirmativas a seguir.

- I. As multas impostas nos termos das leis processuais às partes, aos servidores do Poder Judiciário e aos serventuários extrajudiciais não são consideradas custas.
- II. São isentos do pagamento de custas nas ações de alimentos e de acidente de trabalho, o alimentando, o acidentado e seus beneficiários, quando vencidos; bem como os processos de competência da Justiça da Infância e Juventude.
- III. A reclamação contra cobrança de custas processuais indevidas ou excessivas, em qualquer caso, será feita pelo interessado junto ao magistrado do feito ou diretor do fórum respectivo.
- IV. Nos processos de competência dos Juizados Especiais Criminais havendo homologação de composição civil ou aplicação de pena restritiva de direitos ou multa conforme Lei nº 9.099/1995 e na recuperação judicial de microempresa e empresa de pequeno porte, as custas serão reduzidas em cinquenta por cento.

De acordo com a Lei nº 12.193/2023, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 22

Tendo em vista a Lei nº 6.107/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão e dá outras providências, em relação às formas de provimento, analise as afirmativas a seguir.

- I. Maria, servidora aposentada por invalidez, teve os motivos de sua aposentadoria declarados insubsistentes.
- II. João, servidor estável, sofreu um acidente que o incapacitou parcialmente ao exercício de suas funções, sendo investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- III. Ana, servidora estável, teve invalidada a sua demissão por decisão administrativa, devendo retornar ao cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, com ressarcimento de todas as vantagens.
- IV. Mévio, servidor estável, foi inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo, devendo retornar ao cargo anteriormente ocupado.

O modo de provimento a que estão sujeitos os servidores acima indicados, de acordo com a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, é, respectivamente:

- A) Recondução, readaptação, reintegração e reversão.
- B) Reversão, readaptação, reintegração e recondução.
- C) Recondução, reintegração, readaptação e reversão.
- D) Reversão, reintegração, readaptação e recondução.

Questão 23

À luz da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 – que regula a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Maranhão, compreendendo a constituição, estrutura, atribuições e competência dos Tribunais, Juizes e Serviços Auxiliares da Justiça – analise as afirmativas a seguir acerca das penas impostas aos serventuários, auxiliares e funcionários da Justiça.

- I. Jota, escrivã em vara de Bacabal, atuou, pela primeira vez, com negligência no cumprimento dos deveres do cargo.
- II. Caio, escrivão em vara de São Luiz, portou-se com notória e reiterada incontinência pública.
- III. Mévia, escrivã em vara de Açailândia, reincidiu em falta de insubordinação.
- IV. Tício, escrivão em vara de Caxias, atuou com negligência no cumprimento dos deveres do cargo, já tendo sofrido pena de repreensão anteriormente pelo mesmo motivo.

A punição a que estão sujeitos os servidores nos casos indicados, de acordo com a LC nº 14/1991, é, respectivamente:

- A) Censura, censura, suspensão e multa.
- B) Advertência, censura, suspensão e multa.
- C) Censura, suspensão, advertência e suspensão.
- D) Advertência, suspensão, demissão e suspensão.

Questão 24

A Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, regula a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Maranhão, compreendendo a constituição, estrutura, atribuições e competência dos Tribunais, Juízes e Serviços Auxiliares da Justiça. Tendo em vista a normativa citada, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Tribunal de Justiça, com sede na cidade de São Luís, e jurisdição em todo o Estado, é o órgão supremo do Poder Judiciário Estadual, compor-se-á de trinta e sete desembargadores, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o Corregedor-Geral da Justiça.
- II. Na composição do TJMA há Câmaras Isoladas distribuídas de modo especializado em Câmaras de Direito Privado, Câmaras de Direito Público e Câmaras Criminais.
- III. Compete ao Tribunal de Justiça, processar e julgar originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual; e os Juízes de Direito nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- IV. Na Comarca da Ilha de São Luís haverá juízes de direito auxiliares, com atribuições definidas na Lei Complementar nº 14/1991, dentre as quais substituir os titulares da comarca nos casos de impedimento, férias, licenças ou vacâncias.

Está de acordo com a Lei Complementar nº 14/1991 o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 25

Acerca da Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, do estado do Maranhão, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado e dá outras providências, tratando, dentre outros assuntos, de suas vantagens, analise as afirmativas a seguir.

- I. Constituem indenizações ao servidor: ajuda de custo; diárias; e, vale-transporte, destinando-se, a primeira, a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.
- II. Pelo exercício de cargo em comissão que o servidor tenha exercido, e pelo exercício de função de direção e assistência intermediária são devidas gratificações em valores estabelecidos por lei.
- III. A gratificação por condições especiais de trabalho será calculada com base no valor do vencimento do cargo efetivo, até o limite de cem por cento.
- IV. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de cinco por cento a cada cinco anos de efetivo serviço público estadual, observado o limite máximo de trinta e cinco por cento incidente exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 26

Sobre o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

- A) O Órgão Especial reunir-se-á com, no mínimo, dez desembargadores, além do seu Presidente. Quando exigido quórum qualificado para deliberação, o Órgão Especial não se reunirá sem a presença de doze desembargadores.
- B) Na distribuição dos processos no Órgão Especial é aplicada a regra de serem excluídos da distribuição o presidente, primeiro Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça. Quanto ao primeiro Vice-Presidente, ficam ressalvados os processos privativos de sua relatoria.
- C) A eleição dos quinze membros do Órgão Especial será realizada em sessão administrativa pública, por votação aberta, entre os membros do Plenário, convocados especialmente para tal finalidade, sendo inadmitida a recusa do encargo, salvo manifestação expressa antes da eleição.
- D) O Plenário do Tribunal é composto de todos os membros do Órgão Especial do Tribunal, além de seu Presidente, Vice-Presidentes e os cinco Desembargadores de maior antiguidade no tribunal e somente se reunirá com a presença de, no mínimo, dezesseis desembargadores, nesse número incluído o Presidente.

Questão 27

No que tange às sanções que podem ser aplicadas a servidores do Poder Judiciário do Maranhão, segundo a Lei Complementar nº 14/1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão), relativas à pena de demissão, analise as seguintes situações:

- I. Abandono de cargo.
- II. Recebimento indevido de custas.
- III. Portar-se com notória e reiterada incontinência pública ou privada.
- IV. Especificamente ao secretário da contadoria que deixar de comunicar à autoridade judiciária, quando constatar, a cobrança indevida de custas ou emolumentos.

Considerando que a falta não tenha sido reiterada e os casos expressamente previstos na norma, são casos cuja pena prevista é a demissão:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 28

Certa cidade no interior do Maranhão dispõe de um único juiz de direito, que atende à Vara Única local, com competência territorial sobre essa cidade e outras duas cidades vizinhas. Essa cidade, levando em conta as regras de divisão judiciária do Estado do Maranhão, pode ser classificada como sendo

- A) um termo judiciário e uma comarca de entrância inicial cujo nome será o da cidade em questão.
- B) um termo judiciário e uma comarca de entrância especial, uma vez que é composta por mais de uma cidade.
- C) uma comarca e em conjunto com as demais cidades uma zona judiciária, cujo nome será o da cidade em questão.
- D) em conjunto com as demais cidades que são atendidas pelo juiz, um termo judiciário e uma comarca de primeira instância judicial.

Questão 29

Sobre o processo administrativo disciplinar, conforme normas presentes na Lei Complementar nº 14/1991 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão), assinale a afirmativa correta.

- A) Das penalidades impostas não cabe recurso de qualquer natureza. Pode ser feito, entretanto, pedido de reconsideração direcionado ao Presidente do Tribunal, que tem poderes discricionários para analisar o pedido.
- B) Os atos instrutórios do processo disciplinar administrativo poderão ser delegados pelo presidente do Tribunal ou pelo Corregedor-Geral da Justiça a juiz de direito, sendo vedada sua delegação a servidor, ainda que efetivo.
- C) O processo disciplinar administrativo terá início por Portaria baixada pelo Presidente do Tribunal ou pelo Corregedor-Geral da Justiça, delimitando teor da acusação e sujeito à concordância pelo juiz onde hajam sido imputados os fatos ao servidor.
- D) Se houver conveniência, por ato do Presidente do Tribunal ou do Corregedor-Geral da Justiça, conforme o caso, o servidor poderá ser afastado preventivamente do exercício do cargo ou função, por até trinta dias, prorrogáveis, desde que não exceda noventa dias, uma vez instaurado o processo disciplinar administrativo.

Questão 30

No que diz respeito à progressão e à promoção de servidor público do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, nos termos da Lei Estadual nº 11.690/2022, assinale a afirmativa correta.

- A) Promoção é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.
- B) Progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de dois anos, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.
- C) Progressão funcional é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento oferecido pelo Poder Judiciário, na forma prevista em regulamento, observadas as ressalvas normativas.
- D) Promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de dois anos em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento oferecido pelo Poder Judiciário, na forma prevista em regulamento, sendo exigido para a promoção para a Classe D requisitos adicionais, definidos em lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 31

[...] O campo da memória se apresenta como uma área interdisciplinar que perpassa o campo de outras ciências sociais como Antropologia, Sociologia e a própria história. Entretanto, com relação à produção do conhecimento histórico, é preciso ter em mente que este não está isento de interesses pessoais e ainda sofre influências das crenças e juízos de valor que são criados/construídos a partir do lugar social do seu autor/produtor.

(Oliveira 2002:21.)

Dessa forma, é necessário que o historiador tenha a percepção de que na relação entre história e memória:

- A) Deve-se atentar o tempo todo para o que é realmente importante, ou seja, o papel de manutenção da ordem social reservado à história.
- B) Não se pode se deixar seduzir por um passado idealizado, mas sim estudá-lo de forma crítica para não incorrer no risco de alimentar tradições.
- C) Faz-se urgente preservar a memória daqueles exemplos que edificam a sociedade, evitando mencionar experiências negativas ou perniciosas.
- D) Deve-se estabelecer antes qual a concepção de história veicular, decorrente de escolhas intencionais de cada um, para alimentar o imaginário coletivo.

Questão 32

É sim senhor

Ele é paulista?
É sim senhor
Falsificado?
É sim senhor
Cabra farrista?
É sim senhor
Matriculado?
É sim senhor
Ele é estradeiro?
É sim senhor
Habilitado?
É sim senhor
Mas o cruzeiro?
É sim senhor
Ovo gorado?
É sim senhor
Vem, vem, vem
Pra ganhar vintém
Vem, seu Julinho, vem
Aproveitar também

(Francisco Alves. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/francisco-alves/1743994/> Acesso em: maio 2024.)

A marchinha gravada por Francisco Alves, na Odeon, em janeiro de 1929, remete ao contexto

- A) da ruptura da política do café com leite e posterior ascensão de Getúlio Vargas ao poder federal.
- B) da intentona comunista, liderada e engendrada por Prestes, um dos grandes antagonistas do governo.
- C) do projeto desenvolvimentista que preconizava o fim das oligarquias e a valorização do patrimônio nacional: “O petróleo é nosso”.
- D) da revolução constitucionalista, um levante armado protagonizado por São Paulo que manifestou a insatisfação pela centralização de poder.

Questão 33

Os historiadores da dita “Escola Metódica ou Positivista” afirmavam-se capazes de tecer considerações sobre determinado objeto ou fato histórico de maneira meramente objetiva, ou seja, dentro dessa perspectiva, o objeto falava por si mesmo. Para eles é necessária uma atitude isenta, sem manter relações de interdependência, obtendo um conhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva. O historiador para eles narra fatos realmente acontecidos e tal como eles se passaram.

(REIS, 2004, p.18.)

Dentro dessa perspectiva, considerava-se a história como:

- A) Um enredo cuidadosamente tecido pelo historiador, através da observação e da ponderação sobre o que poderia vir a público.
- B) Uma atitude filosófica, mais de contemplação do que de qualquer outra coisa, em que a reflexão determina o que realmente vai ser registrado.
- C) Uma narrativa densa e detalhada, dotada de responsabilidade social, e, portanto, construída apenas a partir da perspectiva política do historiador.
- D) Uma ciência linear, baseada na observação passiva do passado, tendo o historiador uma postura de distanciamento em relação ao objeto investigado.

Questão 34

A própria singularidade de um tempo histórico único, distinto de um tempo natural e mensurável, pode ser colocada em dúvida; pois o tempo histórico, caso o conceito tenha mesmo um sentido próprio, está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações. Todos eles, homens e instituições, têm formas próprias de ação e consecução que lhes são imanentes e que possuem um ritmo temporal próprio.

(Koselleck, 2006, p. 14.)

Um dos conceitos mais importantes e complexos a ser trabalhado é o conceito de tempo. O questionamento sobre o que é o tempo histórico, por exemplo, é fundamental no campo da história. Tendo em vista tal premissa, é correto afirmar que:

- A) O conceito de tempo histórico extrapola as questões da veracidade histórica e se define através do mito.
- B) O tempo histórico, assim como o psicológico, depende intrinsecamente do sujeito cognoscente, e não da coletividade.
- C) Só se entende o conceito concreto de tempo histórico aquele que experimentou de fato algum processo histórico *in loco*.
- D) É na relação entre o passado e presente, na distinção entre ambos que se delinea uma das formas de se apreender o tempo histórico.

Questão 35

Lucien Febvre afirmou certa vez que “a história é ao mesmo tempo a ciência do passado e a ciência do presente: é a forma pela qual o historiador atua na sua época, na sua sociedade, e deve ajudar a explicar o social no presente”.

(Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/files/CARDOSO_Ciro_Como_elaborar_projeto_pesquisa.pdf. Acesso em: maio de 2024.)

Num projeto de pesquisa em história, um primeiro item que deve preocupar a mente do pesquisador é exatamente o tema dessa pesquisa: sua formulação; sua delimitação; e, sua justificação. Tendo em vista o excerto do enunciado e os critérios de escolha de um tema a ser pesquisado, assinale a afirmativa correta.

- A) Ao final do trabalho de pesquisa deve-se avaliar se o tema trabalhado tem relevância social ou relevância científica.
- B) É necessário permitir e provocar uma certa ambiguidade no tema a ser pesquisado, para que se torne mais abrangente.
- C) A escolha de temas de pesquisas históricas, entre outros critérios, deve estar atenta às prioridades sociais do momento em que se vive.
- D) É evidente que o mais importante critério a ser levado em conta, quando selecionar um tema que será pesquisado, é a realização profissional do pesquisador.

Questão 36

No final do período, em 1984, a sociedade civil mostra sua força nas ruas ao mobilizar todo o país na luta pela campanha das “Diretas Já!”, que propunha a volta de eleições livres e diretas para presidente. Era a semente da Nova República. República! Era uma emenda constitucional do deputado matogrossense Dante de Oliveira, e que não alcançou o número mínimo de votos necessários no Congresso Nacional. A disputa presidencial em 1984 reuniu de um lado Paulo *Maluf*, o candidato apoiado pelos partidos políticos de apoio ao governo militar, e de outro Tancredo Neves, ex-governador de Minas Gerais. Como a emenda das diretas não foi aprovada, a eleição:

- A) Foi realizada pela via indireta, através do colégio eleitoral constituído pelos membros do Congresso Nacional.
- B) Teve que ser suspensa e o presidente, tanto quanto o vice-presidente do Brasil foram indicados ainda pelos militares.
- C) Gerou grande controvérsia, o que ensejou a consulta ao Tribunal Superior Eleitoral, que acabou decidindo o pleito daquele momento.
- D) Ficou a cargo das diretrizes partidárias que, com plena liberdade de manifestação, optaram por deixar ainda a cargo das Forças Armadas a decisão eleitoral.

Questão 37

Dentre as várias modalidades da história que se desenvolveram no decurso do século XX, algumas têm primado pela riqueza de possibilidades que abrem aos historiadores que as praticam, por vezes, com perspectivas antagônicas entre si. A história cultural – campo historiográfico que se toma mais preciso e evidente a partir das últimas décadas do século XX, mas que tem claros antecedentes desde o início do século – é entre estas particularmente rica no sentido de abrigar no seu seio diferentes possibilidades de tratamento.

(BARROS, 2013.)

Dentre as características da história cultural, podemos apontar:

- A) O fato de servir-se de signos, símbolos, marcas e representações para compreender uma dada época e sociedade.
- B) A influência das ideias *durkheimianas*, dando importância a interdisciplinaridade, numa unidade entre a história e as ciências sociais.
- C) As críticas a outras concepções de história por considerar que elas excluem ou ressignificam a base mais importante da sociedade: a material.
- D) O predomínio do imaginário sobre o pensamento, que postula a existência de uma marcha contínua da humanidade em busca da plena realização.

Questão 38

As mutações pelas quais passou a disciplina história nas últimas décadas expressam-se de forma inequívoca quando tratamos das fontes ou documentos históricos. O alargamento da noção de fonte histórica teve sua primeira grande inflexão com a Escola dos *Annales*, tradição francesa que em suas diferentes gerações passou a considerar toda a produção humana, distante ou recente, matéria-prima válida para a reconstrução do passado. Recebendo ainda a contribuição de tradições teóricas ligadas ao *neomarxismo*, à micro-história e à história cultural, dentre outras, e sujeito às inovações trazidas pela interdisciplinaridade.

(Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/eifi/o-historiador-e-suas-fontes/>. Acesso em: maio de 2024.)

O historiador, o pesquisador e escritor da história, durante muito tempo, atuou com a utilização de suportes físicos e era com eles que desenvolvia suas problematizações e reflexões. Era um mundo palpável, de palavras e documentos. Atualmente, com o advento das tecnologias e principalmente da web:

- A) Os documentos históricos e outras fontes físicas mais tradicionais perderam paulatinamente a sua utilidade.
- B) Todas as grandes massas documentais materializadas em páginas escritas são hoje digitalizadas e descartadas automaticamente.
- C) É inegável o potencial de armazenamento de dados e sua facilidade de acesso, mas não exclui a verificação da autenticidade da documentação.
- D) A preocupação em saber sobre a legitimidade das fontes diminuiu, uma vez que o acesso e a busca de informações tornaram-se muito mais rápido e fácil.

Questão 39

Tombado pelo Iphan, em 1974, o Centro Histórico de São Luís – localizado na Ilha de São Luís do Maranhão, na Baía de São Marcos – é um exemplo excepcional de adaptação às condições climáticas da América do Sul equatorial, e tem conservado o tecido urbano harmoniosamente integrado ao ambiente que o cerca. Foi reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco, em 1997, por aportar o testemunho de uma tradição cultural rica e diversificada, além de constituir um excepcional exemplo de cidade colonial portuguesa, com traçado preservado e conjunto arquitetônico representativo. Por se tratar de uma cidade histórica viva, pela sua própria natureza de capital, São Luís se expandiu, preservando a malha urbana do século XVII e seu conjunto arquitetônico original.

(Disponível <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/346/>. Acesso em: maio de 2024.)

É sabido que as sociedades nos mais diversos tempos buscaram construir sua identidade, seus parâmetros de pertencimento, recorrendo ao passado. É através da história de nossa vida e das gerações anteriores que são procuradas as linhas de tradição e as ligações entre presente e passado. Diante disso, o patrimônio histórico:

- A) Ajuda a traçar essas linhas que dão sentido às histórias cotidianas e a construção do passado de dada sociedade.
- B) É eventualmente necessário para alguns procedimentos, pois atualmente a credibilidade da pesquisa histórica é quase nula.
- C) Só é considerado válido, quando alguém preserva algum resto ou vestígio que possa nos remeter ao passado de maneira intacta.
- D) Como é o caso do Centro Histórico de São Luís, precisa ser inédito, sem conjuntos arquitetônicos e/ou construções semelhantes em outros tombamentos.

Questão 40

D. Manuel, na época rei de Portugal, teve confirmados seus direitos reais sobre as terras do Brasil pela bula do Papa Júlio 11, de 24 de janeiro de 1506, relacionados com a demarcação fixada pelo Tratado de Tordesilhas. Tal bula foi ratificada pelo Papa Leão X, em 1514. A princípio, houve certo desinteresse da metrópole na colonização. Mas as incursões de aventureiros chamaram Portugal à colação. Martim Afonso de Sousa, portador de amplos os poderes, fundou São Vicente, verdadeira Célula Mater da Nacionalidade, escolhendo o lugar para erguê-la, demarcá-la, arruar-lhe o terreno, distribuí-lo em lotes, erguendo-lhe os primeiros edifícios, construindo um forte, a igreja, a casa da Câmara, a cadeia e a alfândega. Martin Afonso de Souza foi um dos donatários e fundador da primeira cidade brasileira, São Vicente, no estado de São Paulo. Ele e os outros capitães donatários eram responsáveis pelas capitanias hereditárias e tinham, entre outras funções:

- A) A segurança da corte portuguesa em suas visitas frequentes e sazonais de fiscalização às novas terras descobertas.
- B) A administração da capitania que era de total responsabilidade do donatário, além da fundação de vilas e instalação de colonos.
- C) A escolha dos vereadores e governadores da colônia, bem como a cobrança dos impostos dos colonos e dos povos originários e escravos.
- D) A garantia da posse do território que receberam dos reis, bem como angariar a simpatia e o apoio local através da distribuição de títulos nobiliárquicos.

Questão 41

[...] em parte do período colonial brasileiro, os capitães e governadores eram preferentemente autoridades das vilas que da própria capitania. A grande realidade era o governo das vilas. O Senado da Câmara chegou a ter funções políticas tão grandes que a ação dos governadores dependia em enorme parte de tal poder, com o qual não podiam muitas vezes entrar em luta. Além dos juízes de eleição popular, com assento na Câmara, havia o juiz de vintena, nos lugares de mais de 20 famílias, espécie de juiz de paz, com alçada entre 100 e 400 réis, para pequenas questões, decididas oralmente e sem recurso, embora com possibilidade de o magistrado prender em flagrante os malfeitores.

(MARTINS FILHO, 1999.)

Devido a abusos nas funções judiciais que alguns cometiam no contexto do Brasil colonial, houve uma estruturação do judiciário. Entre os juízes comuns somava-se, ainda, entre outros, o juiz de fora. Uma das principais atribuições dos titulares desse cargo:

- A) Era a de serem guardiões dos órfãos e das heranças, solucionando as questões e demandas sucessórias a eles ligados.
- B) Presidir as Câmaras das cidades para as quais eram designados, inicialmente nas localidades economicamente mais importantes.
- C) O cuidado geral dos indigentes, instituições de caridade (hospitais e irmandades) e legitimação de testamentos, por isso vistos como provedores locais.
- D) Era meramente manter as pendências territoriais em dia, pois, como eleitos pela comunidade e não sendo letrados, apreciavam as causas mais práticas.

Questão 42

Frei Caneca diz que o poder moderador é uma “invenção maquiavélica (...) chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos”, por mais que a Constituição, em seu artigo 98, tente colocar o poder moderador como algo positivo, a atribuição de imunidade (Art. 99) e de funções (Art. 101) reforçam a percepção que Caneca tinha desse instituto, sendo essa compartilhada por muitos outros membros de diversos setores sociais, tornando-se uma das causas que mais prejudicaram a popularidade de Dom Pedro I.

(JAROCHINSKI SILVA, 2011.)

A Constituição de 1824, a primeira Constituição brasileira, foi outorgada, fato este que trouxe diversas consequências na mentalidade política de nosso país, afetando as relações de poder. Nela, ficam claros:

- A) Os desígnios das oligarquias, que num contexto de agroexportação, já determinavam o cenário político brasileiro.
- B) As limitações impostas às classes sociais vigentes, com exceção do clero, que, em raras circunstâncias, teve seu poder limitado.
- C) Os elementos tais como o centralismo, a falta de uma soberania popular e de representação política por grande parte da população.
- D) As interferências dos lusitanos, que, apesar da emancipação oficializada, continuaram mantendo radicalmente sua ordem através do imperador.

Questão 43

Todo o processo de instalação da República no Brasil, bem como sua fundamentação e consolidação se mostraram instáveis a ponto de colocarmos a integridade do país e das instituições republicanas em risco. Muitos interesses e orientações políticas estiveram presentes neste cenário. Oligarquias, grupos decadentes, forças internacionais, conjunturas de mercado, a primeira grande guerra e a grande depressão foram os amalgamas desta construção.

(Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art10-rev3.pdf>. Acesso em: maio de 2024.)

Logo nos primórdios da instalação da República no Brasil, os partidários da República liberal apressaram-se em garantir a convocação de uma Assembleia Constituinte, temerosos do prolongamento de uma semiditadura sob o comando pessoal de Deodoro da Fonseca. A promulgação da Constituição de 1891, a primeira da República e a segunda do Brasil:

- A) Apesar de todo caldeirão ideológico que reinava nessa época, garantiu a tão sonhada democracia, com a participação de todos.
- B) Inspirada na Constituição dos EUA, consagrou, assim, a República Federativa, um caminho para uma certa autonomia dos estados.
- C) Mesmo com a manutenção de Deodoro da Fonseca como chefe de governo, limitou ao extremo seus poderes estabelecendo o estado de sítio.
- D) Apesar de se distanciar da situação do império onde havia o poder moderador que controlava as ações do imperador, evitava os ditames de uma tirania.

Questão 44

Em finais dos anos 1670, por influência dos jesuítas, notadamente do padre Antônio Vieira, a Coroa organizou uma importante junta composta por notáveis do reino e autoridades do Maranhão para se discutir o problema do cativo dos índios no estado. O argumento da experiência “brasileira” com o cativo dos índios e com a entrada de escravos africanos foi então recorrentemente invocado.

(MELLO, 2009.)

Em decorrência também desses debates e embates a que se refere o excerto anterior, algum tempo depois:

- A) Instituiu-se uma companhia de comércio que tinha como principal finalidade o abastecimento de africanos para o Maranhão.
- B) Instalava-se no Maranhão, e mais tarde por todo o Brasil, o sistema de parceria, que viria substituir a contento as demandas produtivas do país.
- C) Decretava-se a expulsão incondicional dos indígenas e a manutenção dos padres jesuítas na jurisdição da província maranhense sob custódia do rei.
- D) Implantava-se, pioneiramente, sob o controle presencial e régio, um tipo de trabalho híbrido, aproveitando a mão de obra tanto de indígenas quanto de africanos.

Questão 45

A ocupação do território maranhense esteve atrelada à exploração econômica referente à produção de cana-de-açúcar, do algodão e do babaçu, desde o período colonial até os primeiros anos da República. Essa, contudo, sofreu várias transformações derivadas das necessidades da França (fundou a capital), de Portugal (retomou dos invasores duas vezes e efetivou estratégias de ocupação), Holanda (invadiu e dominou uma vez por vinte e sete meses) e Inglaterra (interferiu em acordos econômicos), que viabilizaram o domínio e posse (assentamentos, entradas, engenhos), áreas de produção, escravização indígena e negra africana, exploração de recursos e ações de políticas territoriais (fortes, missões, vias de acesso), culminando na ampliação do povoamento.

(FERREIRA, 2008.)

A influência holandesa nas transformações a que se refere o excerto em relação ao Maranhão está ligada especificamente:

- A) Ao avanço territorial holandês, que, ao substituir toda a empresa colonizadora portuguesa na região Nordeste, provocou um desgaste político e econômico sem precedentes no Brasil.
- B) Ao caso do açúcar que enfrentou a concorrência das Antilhas, já que com a expulsão dos flamengos, eles foram para lá e montaram uma estrutura produtiva muito mais moderna e eficiente.
- C) À implantação nas terras pernambucanas de posse dos holandeses, de uma grandiosa rede de tráfico das drogas do sertão, inclusive o babaçu, antes comercializado apenas pelos maranhenses.
- D) À ruptura definitiva, por parte não só da Holanda, mas também dos países Ibéricos, dos acordos de “Aliança e amizade, comércio e navegação”, fundamentais para o trânsito de mercadorias do Maranhão.

Questão 46

Não havia indústria, de que se não valessem os franceses para se conservarem no intruso domínio do Maranhão; e *Racily*, que era nele um dos mais empenhados, sabendo-se servir para o mesmo projeto da rudeza dos índios, levava seis na sua companhia ainda pagãos, com o título de embaixadores a *el-rei* cristianíssimo seu amo [...].

(BERREDO, 1988, § 181, p. 63.)

É público e notório que existe uma relação intrínseca entre a história do Maranhão e a história da França Equinocial. A atribuição da autoria da fundação de São Luís aos gauleses:

- A) Permanece por questões turísticas, uma vez que alimentar a origem francesa da cidade mantém viva a cultura local.
- B) Encontra robusta justificação nos fatos conhecidos, revelados por fontes primárias, embora encontre contestações por parte das teorias lusitanas.
- C) Cai em desuso quando se avalia historicamente que os franceses não teriam condições, pelo curto espaço de tempo que aqui ficaram de criar nada.
- D) É uma falsa polêmica, uma vez que a verdade histórica autorizada nas fontes disponíveis corrobora para que a versão lusitana seja comprovada como verídica.

Questão 47

Era o Poder Judiciário, independente, mas de uma independência relativa, embora os juízes de direito fossem perpétuos (artigo 153) podiam ser removidos e suspensos pelo Imperador (artigo 154). Ao lado desses juízes de direito funcionavam os juízes de paz, eleitos junto com os vereadores municipais (artigo 162).

(Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-organizacao-do-poder-judiciario-durante-o-imperio>. Acesso em: maio2024.)

Dentre as funções específicas do juiz de paz, de acordo com a Constituição de 1824, estava:

- A) Organizar a destruição dos quilombos e cuidar da devolução de cada indivíduo aos seus respectivos lugares de origem.
- B) Assegurar as garantias básicas de participação política a todos os brasileiros, principalmente em relação a votações nas vilas.
- C) Impedir veementemente, sob pena de prisão, os embates entre liberais exaltados que inflamavam a opinião pública contra o imperador.
- D) Conciliar, já que havia a obrigatoriedade da conciliação para o início de qualquer processo judicial no Brasil e tal tarefa cabia exclusivamente aos juízes de paz.

Questão 48

O Poder Judiciário passou por muitas transformações com a mudança de regime, em 1889. Uma das principais foi o fim de sua submissão ao Poder Moderador, que foi extinto na nova ordem. Este processo não significou, contudo, automática conquista de autonomia ou independência. Com a República, um novo Judiciário foi criado, sobretudo no que diz respeito à organização estrutural e atribuições. O antigo modelo imperial unitário cedeu espaço para a criação de um sistema dual de Justiça e à instituição foi garantida o papel de guardiã da Constituição.

(SÁ PINTO, 2019.)

O sistema dual a que se concerne o excerto anterior refere-se:

- A) Às funções a partir daí atribuídas ao Poder Judiciário, a saber: a função judiciária e a função política.
- B) Ao fato do Judiciário brasileiro ter sido dividido em dois: um Judiciário federal e um Judiciário estadual.
- C) À organização bicameral do Poder Judiciário, englobando paulatinamente o Judiciário provincial e o Judiciário local.
- D) Ao nível de formação intelectual dos membros do Judiciário (primário e secundário), embora com livre nomeação do Ministério Público.

Questão 49

Os colonos continuavam lutando contra suas deficiências na produção, ausência de capitais, mão de obra e transporte. Jaziam, assim, em um profundo estado de penúria e miséria que perdurava desde o início da colônia. Essa realidade desoladora só começa a se alterar com a nomeação do Marquês de Pombal, que trabalhou para criar condições objetivas de expansão econômica. O Marquês buscava tornar a metrópole menos dependente de importações de produtos industrializados e incentivou a instalação de manufaturas em Portugal e até mesmo no Brasil.

(Fausto, 2001.)

Pombal, com suas ideias progressistas, acabou contribuindo em parte para a melhoria do Maranhão e de outras partes da colônia lusitana. Dentre as suas ideias, preconizava:

- A) A exigência da doação de terras aos povos indígenas.
- B) O incentivo ao casamento misto entre brancos e índios.
- C) A política de assimilação dos dialetos indígenas ao invés do lusitano.
- D) O apoio ao paternalismo jesuíta, pois eram seus maiores apoiadores na colônia.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 50

Art 9º - O Governo federal intervirá nos Estados, mediante a nomeação pelo Presidente da República de um interventor, que assumirá no Estado as funções que, pela sua Constituição, competirem ao Poder Executivo, ou as que, de acordo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuídas pelo Presidente da República: a) para impedir invasão iminente de um país estrangeiro no território nacional, ou de um Estado em outro, bem como para repelir uma ou outra invasão; b) para restabelecer a ordem gravemente alterada, nos casos em que o Estado não queira ou não possa fazê-lo.

(Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: maio de 2024.)

Existem alguns questionamentos de grandes estudiosos sobre a validade jurídica da Constituição de 1937, a “Polaca”, como ficou conhecida. Independentemente das controvérsias, sobre essa Constituição é correto afirmar que:

- A) Espelhava as influências axiológicas com a Constituição polonesa de 1935 e, de fato, possuía princípios fascistas.
- B) Fundamentou algumas ações de Getúlio Vargas no que tange às questões sociais e políticas, tais como a liberação do voto feminino.
- C) Defendia o republicanismo e o populismo, considerados como formas de manipular os partidos políticos, atenuando o poder da Ditadura.
- D) Fortaleceu as concepções de direitos humanos fundamentais do homem e do cidadão, desde que ocorressem sob os auspícios do Estado.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 1 (uma) questão discursiva sobre o tema específico da área respectiva do cargo. Será avaliada em 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas para cada resposta. Será penalizado o candidato ou candidata que não obedecer aos limites de número de linhas definidos no subitem 13.7.1 do Edital, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	21 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: pertinência e exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	9 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9 Ortografia. 10. Acentuação	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,5 ponto, até o limite de 9 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Correio do Povo de 30 de novembro de 1946:

[...] Creio que, assim, poderemos perceber melhor o que o Getúlio Vargas representa para a massa trabalhadora. O povo não poderia compreender o trabalhismo nos seus delineamentos teóricos, na sua concepção abstrata, nos seus princípios científicos. Sabe, porém, compreendê-lo através da ação política e administrativa de um homem que o tem realizado. Essa pessoa representa para o povo uma diretriz, uma tendência que sabe corresponder às suas necessidades, aos seus anseios, às suas aspirações. Não segue o povo uma orientação por causa da pessoa, mas segue a pessoa por causa de sua orientação. A ideia é mais assimilável através de sua personificação, que se não deve confundir com personalismo.

(BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.)

Enquanto o Estado Novo está mais distante de nós, em termos temporais, a Ditadura Militar gerou memórias mais próximas, sendo possível encontrar ainda muitas pessoas que viveram esse segundo período autocrático intensamente. Embora sejam processos distintos, ambos guardam semelhanças e diferenças entre si. Exponha e explique sobre, pelo menos, uma semelhança e uma diferença em relação a esses dois períodos ditatoriais da história brasileira.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha; 1 (uma) dissertação para todas as especialidades do cargo de Técnico Judiciário; e, 1 (uma) questão discursiva envolvendo estudo de caso, para todas as especialidades do cargo Analista Judiciário e para o cargo de Oficial de Justiça.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- Para interposição de recursos o candidato ou candidata deverá acessar o sítio eletrônico do Instituto Consulplan www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao objeto do recurso, que será disponibilizado no prazo previsto no subitem 16.2, e inserir as informações solicitadas.